
O PAPEL DA IGREJA ORTODOXA RUSSA NO ASPECTO NACIONALISTA DA GUERRA RUSSO-UCRANIANA

Felipe Vidal Benvenuto Alberto¹

Tomás Paixão Borges²

Resumo

Ainda que economia e geopolítica sejam elementos presentes na formação de um clima hostil na região fronteira entre Rússia e Ucrânia, elementos culturais são também frequentemente utilizados como argumentos por lideranças de ambos os lados. Não seria, portanto, diferente no âmbito da questão religiosa. Seguida hoje por cerca de três quartos da população, a Igreja Ortodoxa Russa é pilar fundamental da atual Federação da Rússia e ferramenta ímpar na coesão do nacionalismo alimentado pelo governo russo contemporâneo. Dada a atualidade dos fatos, a revisão bibliográfica realizada sobre o tema precisou se atentar a materiais mais recentes centrados em abordar o tema. Através desse meio, foi possível perceber que já faz algum tempo que o Patriarcado russo não tem se furtado de tecer severas críticas ao que chama de “invasão ideológica” em território ucraniano, alegando que a Ucrânia seria “parte inalienável” da história russa e o que ocorre hoje seria uma luta que transcenderia o mundo físico, se tratando de uma defesa da cultura local em um esquema mundial contra a Rússia. A escalada de tensões entre o Primaz russo e o governo de Kiev remonta a embates que já se estendem por algumas décadas e culminaram no fenômeno que em muito se aproxima de um cisma, aos moldes daqueles que marcam a história do cristianismo mundial. A Ucrânia desfruta de uma maior pluralidade religiosa, em relação ao gigante país vizinho, e mesmo dentro da ortodoxia cristã local são duas as denominações relevantes. A própria nomenclatura dos ramos religiosos locais deixa claro que se esse aspecto não pode ser negligenciado sob a ótica russa, onde é a ortodoxia é cooptada pelo governo, e tampouco chega a ser algo simples no lado ucraniano.

Palavras-chave: Religião; Rússia; Ucrânia; Igreja Ortodoxa Russa; Guerra Russo-Ucraniana.

1. INTRODUÇÃO

Estabelecido ainda em 2014, quando da ocupação da Crimeia por parte das forças russas, o conflito russo-ucraniano tem ganhado de fato protagonismo em todos os meios de debate público desde fevereiro deste ano, após a crise em Donbass, no leste ucraniano. Ainda que economia e geopolítica estejam presentes na formação de um clima hostil na região, elementos culturais são também frequentemente utilizados como argumentos por lideranças de ambos os lados. Não seria, portanto, diferente no âmbito da questão religiosa, como em tantos outros casos na história

¹Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI/UERJ), fvidal804@gmail.com, 0000-0001-7997-2926

² Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ), tomaspaixao26@gmail.com, 0000-0002-5276-6636

(JUERGENSEMEYER, 2020). Seguida hoje por cerca de três quartos da população, a Igreja Ortodoxa Russa tem sua fundação remetendo ainda ao século X e enfrentou uma caminhada sinuosa de mais de um milênio galgando sua consolidação político-social. A instituição é sustentáculo importante da atual Federação da Rússia e ferramenta ímpar na coesão do nacionalismo contemporâneo alimentado pelo governo na região (KOLSTØ & BLACKKISRUD, 2016).

Tal posicionamento torna relevante entender qual o papel atual da ortodoxia russa, por vezes personificada na figura de seu líder máximo, na construção de um nacionalismo que torne justificável a invasão territorial em voga. O objetivo deste estudo é, portanto, identificar em que grau a construção histórica regional repleta de complexidades narrativas, em especial âmbito religioso, se relaciona com os atuais conflitos bélicos e com as justificativas adotadas pelo Estado russo para anexação de parte do território ucraniano. O principal argumento apresentado consiste na instrumentalização, por parte de Vladimir Putin, da Igreja Ortodoxa Russa, como instituição representada por seus atuais líderes que sobrepujam qualquer resistência interna, a fim de levar à esfera espiritual uma reivindicação que encontra eco em comportamentos historicamente imperialistas (STOECKL, 2014).

Para atingir este objetivo, o trabalho está dividido em cinco seções, para além desta introdução: i) O nacionalismo histórico russo na definição de suas fronteiras contemporâneas, onde é apresentado o contexto histórico de construção da ambição territorial russa, com base na definição de quem seria o povo russo através de sua cultura e religiosidade; ii) A ortodoxia cristã aplicada ao contexto do nacionalismo russo pós-soviético, seção em que a relação entre a Igreja Ortodoxa Russa e a política estatal russa é aprofundada a fim de melhor compreender seu papel na formação do nacionalismo local; iii) A ortodoxia cristã em território ucraniano e suas complexidades político-religiosas, trazendo os desmembramentos históricos da prática ortodoxa ucraniana, bem como a realidade da religiosidade no país e suas ligações com a agenda política nacional; iv) O atual conflito russo-ucraniano e seu diálogo com a ortodoxia na região, analisando a correlação entre o uso ferramental do recurso religioso como arma de coesão social e as justificativas utilizadas pelo governo russo para a incursão em território ucraniano; e, por fim, v) Considerações finais, sintetizando os resultados do presente trabalho e, sob um olhar contemporâneo, apontando perspectivas futuras da problemática estudada.

2. O NACIONALISMO HISTÓRICO RUSSO NA DEFINIÇÃO DE SUAS FRONTEIRAS CONTEMPORÂNEAS

Erguido na praça central da cidade de Moscou, mais precisamente ao lado do Kremlin, um dos monumentos mais altos da capital russa é inevitavelmente visto por qualquer transeunte que por lá vagueie. Tal estátua representa uma figura medieval que está longe de alcançar um consenso na sociedade da macrorregião onde a Rússia se insere. Vladimir I - ou Vladimir, o Grande - foi grão-príncipe de Kiev do ano de 980 até 1015 e deixou um legado perpétuo ao aceitar a religião cristã para si e para seu reino, o Estado medieval do Rus' de Kiev. Não por coincidência, a ideia de erigir essa homenagem de quase 17 metros de altura veio de seu homônimo Vladimir Putin e supera até mesmo a grandiosidade que também marca a representação de Yurii Dolgoruky, fundador da cidade de Moscou (KUZIO, 2022).

No entanto, seria bastante ingênuo associar todo o simbolismo apenas à coincidência entre os nomes do referido grão-príncipe de Kiev e do atual presidente da Federação Russa. Mais do que qualquer outra coisa, o monumento simboliza a reivindicação russa da herança territorial do Rus' de Kiev e sublinha a importância dessa região para a identidade histórica da Rússia contemporânea (KOLSTØ & BLACKKISRUD, 2016). Se não fosse esse o caso, seria no mínimo inusitada uma homenagem a um príncipe de Kiev, a atual capital da Ucrânia, em um espaço tão importante no coração da capital russa. O momento e as circunstâncias da construção do monumento enfatizam ainda mais a importância dos temas ucranianos na história e na política russas. A primeira pedra de sua fundação foi colocada em 2015, logo após a anexação russa da Crimeia, e foi retirada daquela península no meio do conflito russo-ucraniano que marcou o período (KUZIO, 2022). Como não poderia ser diferente, a questão religiosa pairava sobre o caso, uma vez que o fragmento fundamental foi retirado do lendário local de batismo do príncipe Vladimir para ser levado à capital russa.

Oficialmente inaugurada no fim de 2016, a apresentação pública da estátua teve o feriado do Dia da Unidade Nacional como data escolhida. Na ocasião, Vladimir Putin fez um discurso na presença de uma série de lideranças políticas russas, mas também do Patriarca Cirilo I, que ocupa o cargo máximo na hierarquia da Igreja Ortodoxa Russa. Em sua fala, o presidente russo elogiou o príncipe Vladimir como “protetor das terras russas” e o descreveu como “estadista que lançou as bases de um Estado forte, unido e centralizado”, acrescentando, por fim, que isso teria resultado na “união de uma grande família de povos, línguas, culturas e religiões iguais”. Putin destacou ainda que foi o grão-príncipe quem conduziu aquela região ao cristianismo, chegando a dizer que tal figura “tornou-se a fonte espiritual conjunta dos povos da Rússia, Bielorrússia e Ucrânia, estabelecendo as bases da moral e dos valores que definem a vida até os dias atuais” (HERPEN, 2016).

2.1. O contexto histórico de ambição territorial da atual Rússia

Ao contrário do que muito se imagina pela sua grandeza territorial, a Rússia, especialmente de acordo com padrões ocidentais, é um Estado relativamente jovem. Sua história como elemento político independente começa oficialmente há menos de seiscentos anos, por volta do século XV, quando Ivan III desafiou a suserania dos mongóis (PLOKHY, 2017). Foi então que as raízes dinásticas e religiosas dos moscovitas ajudaram a formar um poderoso mito de origem que separou Moscou de seu passado recente, com influência mongol, e alimentou sua autoimagem como herdeira do Império Bizantino.

A maioria das guerras da Rússia foram travadas em sua vizinhança eslava, sendo motivadas e justificadas pela pretensão de ser a sucessora legítima da política, cultura e religião do Estado medieval do Rus' de Kiev. Até mesmo a expansão das fronteiras soviéticas para o oeste durante a Segunda Guerra Mundial foi frequentemente justificada com referências aos príncipes russos e suas façanhas militares. Apesar da longa história russa de conquista imperial, seu objetivo de reunir toda a terra que seria pertencente ao Rus' foi cumprida apenas durante o breve período histórico de 1945 a 1991 (MILLER, 2003). Nesses anos como superpotência, Moscou conseguiu estender seu domínio às regiões mais ocidentais do antigo Estado medieval.

Com o início da era moderna, a reivindicação das elites russas pela herança territorial evoluiu de um conceito majoritariamente dinástico e religioso para um conceito etnográfico (WOLFF, 2006). Ao abraçar essa ideia de nacionalidade no decorrer do século XVIII, o Império Russo criou um modelo particular de nação que incluía os russos, ucranianos e bielorrussos de hoje, juntamente com as elites imperiais de origem não eslava, que foram russificadas em termos políticos e culturais. A Revolução Russa iniciou o processo de desatar este nó imperial da identidade nacional russa, atribuindo o status de nacionalidades separadas aos russos, ucranianos e bielorrussos (BILENKY, 2012). No entanto, o projeto soviético não foi bem-sucedido em termos de políticas de nacionalidade. O governo comunista centralizou o processo decisório em Moscou, usou o idioma russo em toda a extensão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), promoveu a russificação cultural dos não-russos e, ao fazê-lo, criou condições para o desenvolvimento do imperialismo russo pós-soviético após o colapso do bloco em 1991 (WOLFF, 2006).

2.2. O difícil diálogo entre a realidade e as ambições históricas

Atualmente, a Rússia tem enorme dificuldade em conciliar as fronteiras imaginárias da etnia, da cultura e da identidade russas com o mapa político da Federação Russa. Em outras palavras, ela tem um grande problema em responder a uma das demandas-chave do nacionalismo moderno: sustentar um princípio político que torne congruentes as unidades política e nacional. Responder se as fronteiras atuais da Rússia coincidem com as fronteiras da nação russa depende da forma como os líderes políticos e intelectuais russos, além da população em geral, imaginam sua nação. A questão da identidade russa e sua extensão geográfica é mais do que um interesse acadêmico, pois influencia as questões de guerra e paz ao longo das fronteiras orientais da Europa de hoje, bem como tende a seguir gerando consequências.

O problema da Rússia na definição de suas fronteiras políticas, culturais e étnicas após a queda da União Soviética não é único, havendo outros exemplos marcantes ao longo da história. Todavia, a Rússia também enfrenta uma questão importante que a maioria das antigas potências imperiais não encontrou: a definição em si da nação russa. É razoável dizer que a Rússia formou um império antes de constituir uma nação e daí deriva seu problema de autoidentificação. Essa afirmação talvez possa ser aplicada a vários impérios, mas o que torna a situação russa tão única é que nenhum outro exemplo compartilhou raízes históricas e mitos de origem com seus súditos estrangeiros, como foi o caso da Rússia ao longo de boa parte de sua história imperial (KOLSTØ & BLACKKISRUD, 2016).

3. A ORTODOXIA CRISTÃ APLICADA AO CONTEXTO DO NACIONALISMO RUSSO PÓS-SOVIÉTICO

A lei federal “Sobre Liberdade de Consciência e Associações Religiosas”, de 1997, foi indiscutivelmente uma das legislações mais controversas dentre as aprovadas na Rússia pós-soviética. Os processos de elaboração e revisão demonstravam as diferenças irreconciliáveis entre, por um lado, conservadores e nacionalistas, que buscavam garantias legislativas para a proteção da Igreja Ortodoxa Russa e, por outro lado, liberais e democratas, que buscavam garantias de liberdade de credo para todas as denominações (KNOX, 2005). A legislação ameaçou a recente formalização da liberdade religiosa e igualdade após o fim do marxismo-leninismo soviético e acentuou o racha entre a Igreja

oficial, representada pelo Patriarcado de Moscou, e a Igreja não-oficial, personificada no clero não-conformista e ativistas leigos.

3.1. A retomada de protagonismo sociopolítico pela Igreja Ortodoxa Russa

O grande paradoxo do renascimento religioso pós-soviético da Rússia foi a transição do Patriarcado de Moscou de uma instituição reprimida, dirigida e regulada por um regime ateu, para uma instituição que direciona esforços consideráveis para reprimir outros organismos religiosos, desencorajando o pluralismo religioso e desfrutando de privilégios sancionados pelo Estado em um país teoricamente secular. Tal postura constituiu um forte contraste para com a vida da Igreja fora das estruturas oficiais do Patriarcado. A ortodoxia como um sistema de crenças caminhou em sentido próximo da Perestroika, a fim de tornar a fé mais acessível e relevante para as realidades pós-soviéticas. Como era de se esperar, os apelos à reforma fomentaram a já crescente discórdia entre preladados tradicionalistas e reformistas.

O novo pluralismo desafiou o Patriarcado de Moscou a retomar sua posição no centro da vida religiosa nacional. A herança da ortodoxia como fé tradicional da Rússia permitiu à Igreja, tanto como instituição quanto como assembleia de fiéis, obter o apoio de diversas forças sociais e políticas (KENT, 2022). Algumas delas invocaram a ortodoxia para encorajar o desenvolvimento e a consolidação da sociedade civil, parte integrante do projeto democrático da Rússia. Outros se apropriaram da Igreja para amplificar as próprias plataformas e ideologias antidemocráticas.

A Igreja pós-soviética foi constituída pelo embate em busca da apropriação da ortodoxia por essas tendências diametralmente opostas. Ambas as correntes conflitantes afetaram a posição do cristianismo local nas arenas sociais e políticas, bem como na esfera religiosa e, até mesmo, a dinâmica dentro das estruturas eclesiais. A extensão da influência da ortodoxia nessas três esferas da sociedade civil é central para a análise da contribuição da Igreja no desenvolvimento pós-comunista da Rússia.

3.2. A relevância da ortodoxia na construção da nova realidade russa

A Igreja Ortodoxa era altamente relevante na nova Rússia e seu ressurgimento foi impulsionado por uma renovada consideração da identidade russa. Os russos há muito tempo consideram a Igreja como a protetora dos interesses nacionais e a defensora das tradições nacionais

(BLITT, 2011). Nas condições socioeconômicas incertas da Rússia pós-soviética, muitos russos procuraram a Igreja Ortodoxa para orientação e, conseqüentemente, a instituição era invocada de maneira frequente nas discussões sobre a identidade nacional e nas deliberações sobre o futuro do país. O ressurgimento da ortodoxia encorajou figuras políticas de liderança a identificar a Igreja como um aliado influente e, em caráter de retroalimentação, o reconhecimento por esses políticos da utilidade dos apelos à identidade nacional e à tradição fortaleceu a influência da Igreja.

Dessa maneira, da fraca posição de uma fé tolerada por um regime ateu, a Igreja Ortodoxa assegurou uma posição influente e proeminente na Rússia pós-comunista. Embora a instituição tivesse rivais internos adeptos de outras denominações ortodoxas, religiões ocidentais e, em menor grau, até mesmo asiáticas, a Igreja Ortodoxa se beneficiou das novas liberdades mais do que qualquer outra fé. O Patriarcado de Moscou recuperou a posição pré-revolucionária da ortodoxia no centro da vida religiosa da Rússia e direcionou um esforço considerável para assegurar um aumento de sua influência na esfera religiosa pluralista.

Como mencionado anteriormente, a lei de 1997 mostrou como a Igreja era vista com importância no desenvolvimento político, social e cultural pós-soviético da Rússia. Muito disso se deve ao fato de que a ortodoxia tem sido há muito tempo central na vida política russa, variando apenas em intensidade desde sua introdução por parte do príncipe Vladimir I ao Rus' de Kiev (PLOKHY, 2017). O íntimo vínculo entre Igreja e Estado permaneceu significativo até o século XVII, quando a abolição do Patriarcado por parte do Imperador vigente à época subjugou o ente religioso nacional. O movimento por uma maior independência da Igreja no início do século XX foi atropelado pela Revolução Bolchevique de 1917 e seguiu-se, assim, uma ruptura significativa na vinculação explícita entre Igreja e Estado. No entanto, tal efeito não provocou o fim da influência da ortodoxia entre a população, como era esperado por parte do regime soviético.

O número de fiéis ortodoxos autodeclarados é uma prova irrefutável da posição de relevância da Igreja na consciência nacional russa, mesmo durante o regime comunista. Ainda que tenha havido não só um estrangulamento da prática religiosa por parte do governo, mas também um certo descaso no levantamento do real número de fiéis durante o longo período de existência da URSS, as primeiras pesquisas já nos anos 90 dão conta de um aumento significativo no quantitativo de ortodoxos em comparação com as primeiras décadas do mesmo século.

Apesar da centralidade da religião no desenvolvimento pós-soviético da Rússia, é bastante comum que se negligencie a influência da Igreja Ortodoxa nesse processo formativo. Fato é que o Primaz procura incutir valores e normas na sociedade para criar um consenso social e político baseado

em doutrinas e tradições ortodoxas. Porém, é digno de nota também que o legado da repressão religiosa soviética e as múltiplas complexidades da transição pós-comunista apresentaram ao Patriarcado desafios significativos. Em suma, pior que ignorar as tendências diametralmente opostas na vida da Igreja Ortodoxa é a propensão de analistas externos à definição de um corpo monolítico que não aceita em nenhum grau o liberalismo.

3.3. A Igreja Ortodoxa Russa no século XXI e sua relação com Vladimir Putin

Com a virada do século, a consolidação da corrente tradicionalista, que enfatiza uma autoridade com mão de ferro e impõe severos limites ao pluralismo, ocorre de maneira ainda mais acentuada, tanto dentro quanto fora das estruturas eclesiais. Ou seja, a Igreja Ortodoxa Russa passa a estar sob o domínio de nacionalistas e o isso parece estar em consonância com os movimentos sociopolíticos russos, ainda que a resistência minoritária siga existindo em todos os âmbitos.

Desde o ano de 2009, Vladimir Mikhailovich Gundyayev responde pelo nome de Cirilo I, sendo ele o atual Patriarca de Moscou e Toda a Rus'. Tal nomenclatura já ilustra de forma bem simbólica uma das polêmicas que complexificam o tema, pois, como mencionado anteriormente, Rus' é uma terminologia utilizada para denominar toda população que habita os atuais territórios de Rússia, Bielorrússia e Ucrânia (ELLIS, 1986), além de pequenas partes de outros países. Seria até razoável imaginar então que, no contexto do combate recente, o líder religioso tenha se referido às três nações como “um único povo” devido às bases da fé que professa (HAYNES, 2013). No entanto, sua proximidade pessoal com Vladimir Putin e escolhas como chamar de “Operação Militar Especial” o choque em questão, conforme instruções do governo, levam a outras interpretações quanto ao seu papel perante a sociedade.

Já faz algum tempo que Cirilo I não tem se furtado de tecer severas críticas ao que chama de “invasão ideológica” em território ucraniano. Mas isso em nada remete às incursões militares realizadas pelas forças russas. Ao contrário, o Primaz alega que a Ucrânia seria “parte inalienável” da história russa e o que ocorre hoje seria uma luta que transcenderia o mundo físico, se tratando de uma defesa da cultura local em um esquema mundial contra a Rússia. Segundo essa narrativa, a retomada da região do Donbass seria uma resposta legítima do Kremlin a uma suposta perseguição sofrida por “russos étnicos”, que naquela região estariam sendo forçados a assimilar comportamentos apontados como negativos. Um exemplo simbólico disso está nas repetidas associações que o líder

da Igreja Ortodoxa Russa faz entre as manifestações de orgulho LGBT na Ucrânia e uma “punição divina” como consequência através do conflito atual.

4. A ORTODOXIA CRISTÃ EM TERRITÓRIO UCRANIANO E SUAS COMPLEXIDADES POLÍTICO-RELIGIOSAS

A escalada de tensões entre o Primaz russo e o governo de Kiev remonta a embates que já se estendem por algumas décadas e culminaram no fenômeno que em muito se aproxima de um cisma, aos moldes daqueles que marcam a história do cristianismo (SHELLEY, 2018). A Ucrânia desfruta de uma maior pluralidade religiosa, em relação ao gigante país vizinho, e mesmo dentro da ortodoxia cristã local são duas as denominações relevantes: a Igreja Ortodoxa Ucraniana (IOU) e a Igreja Ortodoxa Ucraniana do Patriarcado de Moscou (IOU-PM). Enquanto a primeira possui autonomia e liderança próprias, tendo sido reconhecida em 2019 pelo ecumenismo ortodoxo mundial, a segunda possui apenas algum grau limitado de independência em relação à vertente russa (KRAWCHUK; BREMER, 2016), tendo frequentemente se omitido frente à crise bilateral. No entanto, cabe ressaltar que, atualmente, ambas têm demonstrado posicionamento com algum grau de ineditismo ao convergirem no repúdio à invasão russa e muito disso se deve ao contexto histórico do surgimento de ambas.

4.1. O histórico recente da religiosidade na Ucrânia

De todos os Estados sucessores da antiga União Soviética, a Ucrânia é provavelmente o país com a situação religiosa mais complicada e difícil. Embora seja predominantemente ortodoxa, existem várias igrejas dessa vertente concorrendo no país, devido às grandes divisões históricas. A Ucrânia também abriga um grande número de católicos, dos quais a maioria segue o rito oriental apesar de estar em comunhão com a autoridade do papado de Roma. Há ainda uma presença tradicional de muçulmanos na Crimeia, além de uma comunidade judaica que tinha grande relevância antes da Segunda Guerra Mundial e está novamente em crescimento. Os protestantes da região consistiam em grande parte de colonos alemães e seus descendentes, mas hoje existem inúmeras congregações protestantes, em sua maioria batistas ou pentecostais. Por cerca de 70 anos, grande

parte do país esteve sujeita ao ateísmo militante soviético, mas hoje a religiosidade na Ucrânia é uma das mais altas de todos os antigos países do bloco comunista.

Na crise que a região vive desde 2013, as comunidades religiosas têm desempenhado papéis importantes, embora diferenciados (GRIGAS, 2016). Seu significado está ligado ao fato de que a história e o status contemporâneo de todas as comunidades religiosas da Ucrânia estão estreitamente ligados a uma “identidade”, ou seja, todas essas comunidades religiosas de alguma forma se relacionam com uma identidade de grupo (FUKUYAMA, 2018), que pode ser uma identidade nacional, uma identidade política ou ambas.

A Ucrânia consiste em várias regiões que têm seu próprio desenvolvimento histórico e tradições particulares, mas que, no entanto, formam um Estado unificado, embora a atual Ucrânia independente só tenha sido estabelecida em 1991, quando a União Soviética finalmente se desintegrou. Durante o período de dominação russa czarista, o contexto legal para as comunidades religiosas em território ucraniano era o mesmo que na Rússia propriamente dita. A ortodoxia era a religião predominante, a Igreja Ortodoxa na região fazia parte da Igreja Ortodoxa Russa e o Arcebispo Metropolitano era um alto representante sob a jurisdição do Patriarca de Moscou. Em última instância, até o início do século XX, nenhum russo étnico tinha permissão para sair voluntariamente da prática ortodoxa, o que englobava também os ucranianos.

4.2. As duas grandes guerras e o subsequente monopólio constrito da ortodoxia cristã

Após a Primeira Guerra Mundial, a situação mudou drasticamente e qualquer ideia de uma igreja predominante acabou sendo abolida pelas movimentações políticas na região. A religião foi separada do Estado, o que significava não só que não havia mais uma Igreja estatal, mas que todas as Igrejas estavam sujeitas às duras perseguições que começaram imediatamente após a Revolução Russa. Nos primeiros anos, os novos governantes aceitaram e até apoiaram a criação de uma Igreja Ortodoxa Ucraniana independente, pois afirmavam lutar pela libertação da classe trabalhadora, mas também pela libertação das nações subjugadas. Uma Igreja nacional ucraniana, que concorreria com a vertente russa, era, portanto, vista como uma aliada na luta contra o domínio da Igreja Ortodoxa Russa, como instituição. No entanto, após um curto período de tempo, esse apoio estatal cessou e a vertente ucraniana ficou sujeita a perseguição, assim como qualquer forma de religião na União Soviética.

Em 1954, a Crimeia foi separada da República Soviética Russa, à qual pertencia, e entregue à República Soviética Ucraniana. Isso ocorreu por razões muito concretas: a Crimeia não tem conexão terrestre com a Rússia e recebe seu suprimento de energia e água potável do continente ucraniano. Portanto, fazia sentido administrar a península a partir da Ucrânia. Como as duas repúblicas soviéticas pertenciam ao mesmo país, a União Soviética, isso teve pouca importância na época. Ninguém esperava que isso estivesse no centro de um conflito internacional cerca de 60 anos depois.

De acordo com o supracitado, durante o período soviético a única prática religiosa legalizada na Ucrânia era a outorgada pela Igreja Ortodoxa Russa. Todavia, à medida que a legislação que rege esse setor da sociedade foi flexibilizada, outras vertentes de ortodoxia foram oficialmente desenvolvidas e duas dessas ganharam destaque na Ucrânia de hoje. Nas regiões onde os sentimentos nacionais eram tradicionalmente fortes com o gradual enfraquecimento da URSS, ucranianos desejavam permanecer ortodoxos, mas fora da Igreja Ortodoxa Russa, algo que gerou intensos movimentos de reforma ainda pouco organizados.

Tendo em mente que todas essas reestruturações se deram ainda nos últimos anos de existência da URSS, a Igreja Ortodoxa Russa reagiu em 1990 concedendo um maior grau de autonomia às suas “filiais” na Ucrânia e na Bielorrússia. O status foi mudado de uma simples extensão religiosa em outro território para a nomenclatura de Igreja Ortodoxa Ucraniana do Patriarcado de Moscou, indicando algum grau de independência decisória, apesar da manutenção da comunhão com o Primaz russo. Essa se mostrou uma tentativa derradeira de unir as aspirações dos fiéis que queriam uma instituição mais ucraniana e aqueles que queriam permanecer ligados à Moscou.

4.3. Os embates internos à ortodoxia ucraniana e seu papel na agenda política local

Quando ficou claro que a Ucrânia se tornaria um Estado independente, a demanda por uma Igreja autocéfala se tornou mais forte e, após uma complexa crise entre os altos prelados locais, dissidentes da IOU-PM e reformadores de longa data se uniram para criar a Igreja Ortodoxa Ucraniana (do Patriarcado de Kiev). Apoiada pela principal liderança política nacional da época, a organização foi vista como um elemento que poderia também fortalecer a homogeneidade do projeto de país que estava se esboçando. O seu reconhecimento por parte do Patriarcado Ecumênico de Constantinopla é até hoje uma questão a ser resolvida, mas tanto envolve esforços políticos internacionais por parte da Ucrânia como tem desdobramentos que tangenciam o conflito russo-ucraniano contemporâneo.

As religiões na Ucrânia sempre foram influenciadas pelos acontecimentos políticos. A figura do presidente e sua agenda política sempre desempenharam um papel importante no país e nas Igrejas ucranianas. O apoio do Estado é muitas vezes expresso através da assiduidade aos ritos em determinada denominação ortodoxa e/ou através de favoritismo ocasional na restauração de edifícios religiosos para uma mesma Igreja Ortodoxa preferida. Curiosamente, o templo mais antigo e prestigioso da capital ucraniana foi centro de intensa luta por monopólio religioso. Hoje um museu, como foi nos tempos soviéticos, a igreja é usada apenas para cerimônias estatais e nenhuma denominação ortodoxa pode reivindicá-la como sua.

Como mencionado anteriormente, outro aspecto da influência política sobre a Igreja é a defesa da autocefalia da IOU perante o Patriarcado de Constantinopla pelos presidentes da Ucrânia. Diversos deles já viajaram várias vezes a Istambul para negociar uma solução, mas, até agora, nenhuma súplica foi o suficiente. A atual situação do conflito russo-ucraniano tende a afetar essa relação, uma vez que o principal entrave ainda é o reconhecimento da IOU-PM como representante oficial da ortodoxia no local. O Primaz Ecumênico, que exerce o cargo como uma espécie de decano da ortodoxia mundial, passou a condenar os atos de um dos seus coirmãos, ameaçando inclusive a “desfiliação” do rito russo devido à submissão adotada por Cirilo I perante o presidente Vladimir Putin em um caso de evidente desigualdade de forças.

Atualmente, a situação eclesiástica na Ucrânia continua complexa e em grande parte dependente dos caminhos políticos do país. As várias Igrejas estão tentando influenciar decisões políticas, ao passo que há uma interdependência mútua entre os dois elementos. Assim como em qualquer outro local, a ação política de cada Igreja deve ser avaliada individualmente e dentro de seu contexto e circunstâncias históricas. Além de seu óbvio papel político, as Igrejas na Ucrânia não são meras organizações da sociedade civil e, como consequência, qualquer análise racional das respostas de uma Igreja aos desenvolvimentos políticos necessariamente falhará a menos que se leve em conta a dinâmica interna dos elementos envolvidos. Embora as Igrejas Ortodoxas possam se unir e ser muito maiores e mais influentes, elas não tomarão tais medidas se isso as levar a uma situação que consideram não canônica, ou seja, uma situação em que não seriam reconhecidas por outros ritos irmãos no mundo, como é hoje o caso da IOU. Em suma, o quadro religioso geral na Ucrânia deve ser levado em consideração para entender adequadamente o papel das Igrejas na crise atual, que pode ser considerada a mesma que se estende desde o fim de 2013, passando pela anexação russa da Crimeia em 2014 e culminando na ocupação da região do Donbass (GRIGAS, 2013).

5. O ATUAL CONFLITO RUSSO-UCRANIANO E SEU DIÁLOGO COM A ORTODOXIA NA REGIÃO

A atual guerra atual da Rússia contra a Ucrânia tem elevado ainda mais a temperatura que, se nunca foi baixa, já fervia desde a invasão da Crimeia. A situação está longe de uma solução definitiva, mas é certo que caso a Rússia saia vencedora, a Igreja Ortodoxa da Ucrânia muito provavelmente será suprimida, com paróquias transferidas diretamente para a Igreja Ortodoxa Russa, como já está acontecendo nos territórios ocupados, tanto ao leste ucraniano quanto na própria Crimeia. Cirilo segue fazendo constante eco aos discursos de Putin referentes à suposta "unidade" russo-ucraniana, ainda que obrigatoriamente em termos russos, e endossou inúmeras vezes o que mesmo chamou de "guerra contra as forças do mal", até mesmo elevando o conflito ao patamar de uma luta metafísica pela moral russa. Em meados de maio, a IOU-PM emitiu uma declaração dizendo que a política religiosa na Ucrânia foi uma das razões da invasão militar no país do leste europeu, gerando um desconforto considerável com as lideranças ainda no poder em território ucraniano.

Já em caso de vitória ucraniana, ou mesmo de mera sobrevivência, a mesma IOU-PM ficaria sob forte pressão para cortar seus laços com a Rússia e negociar um *modus vivendi* com a Igreja Ortodoxa da Ucrânia. Entretanto, cerca de quinhentos padres da IOU-PM apelaram recentemente contra o que eles chamam de "heresia" de Cirilo e mais de quatrocentas paróquias deixaram a denominação religiosa desde que a invasão começou. Para evitar novos movimentos radicais, a organização tem acompanhado de perto os desdobramentos do conflito e se tornado mais crítica em relação à invasão, uma vez que o ambiente belicoso tende a perdurar por mais algum tempo. Ainda no fim de maio, um sínodo especial condenou a guerra como uma violação dos mandamentos de Deus e emitiu um documento final com condolências a todos aqueles que têm sofrido no conflito, porém sem culpar explicitamente a Rússia. Mais claramente, a Igreja discorda formalmente da posição do Patriarca de Moscou e Toda a Rus' sobre essa questão em específico e declarou independência para se posicionar sobre, embora não reivindique (ainda) uma autocefalia total. Os críticos ucranianos pensavam que este movimento não tornaria a IOU-PM independente o suficiente, ou seja, a opinião geral dos opositores é que a organização seguiria sendo uma janela russa dentro do território ucraniano, mesmo em meio ao caos atualmente vivido. No entanto, a Igreja matriz russa considerou exatamente o contrário e concluiu que tal medida os tornou independentes demais. Como retaliação, o mês de junho iniciou com três anexações de dioceses localizadas na Crimeia, a fim de delegar uma liderança específica para a região.

As razões pelas quais a IOU-PM procurou se distanciar não são difíceis de se adivinhar. Antes do início da guerra, em fevereiro, 40% dos fiéis ucranianos apoiavam a Igreja Ortodoxa da Ucrânia, segundo pesquisa independente³, e apenas 20% a organização que mantém laços com Moscou. Outros 33% se diziam "apenas ortodoxos", mas agora, dada a situação de mobilização nacional, a Igreja Ortodoxa da Ucrânia reivindica o apoio de 52% das pessoas, com a nova pesquisa sugerindo os "apenas ortodoxos" em 11%, e seguidores da IOU-PM com apenas 4%. Uma outra pesquisa de opinião⁴ em abril mostrou que 74% dos ucranianos queriam que a IOU-PM cortasse seus laços com a Rússia e 51% queriam que ela fosse banida.

O futuro dessas igrejas está intimamente ligado às preocupações políticas e de segurança mais amplas. Em março, membros do parlamento ucraniano introduziram dois projetos de lei que poderiam levar a uma proibição da IOU-PM, estando esse projeto inclusive no pacote de argumentos utilizados pelo governo russo para justificar uma suposta "perseguição aos russos" na Ucrânia governada por Zelensky. Há também duas novas leis sobre colaboração e cumplicidade para com um estado agressor que poderiam ser aplicadas contra a Igreja. Já a Igreja Ortodoxa da Ucrânia tem como alvo propriedades-chave atualmente controladas pela IOU-PM e está assistindo a tudo com olhos bastante atentos, pois sabe que os desdobramentos serão definidores também para seu futuro, sem que tenha muita margem para manobrar, ao contrário da sua contraparte cristã na Rússia.

Em suma, a solução de 2018 de ter duas igrejas ortodoxas canônicas na Ucrânia parece improvável de sobreviver à guerra atual. Pode até mesmo não sobreviver a uma fase mais aguda da guerra ou a um prolongamento exaustivo do conflito, pois a Ucrânia avança dentro do que consegue com a política que ficou conhecida como "desrussificação" (KOLSTØ & BLACKKISRUD, 2016). Hoje tal postura já inclui restrições aos livros e à música russa, mas também tem se tornado bastante usual que a própria língua russa dê vez ao ucraniano, mesmo aos indivíduos bilíngues.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, identificou-se, através do levantamento bibliográfico, a relevante influência da ortodoxia nas estruturas político-sociais dos países recortados pelo presente trabalho. Além disso, investigou-se o impacto das instituições ortodoxas no atual conflito russo-ucraniano, assim como o

³https://razumkov.org.ua/uploads/article/2021_Religiya_eng.pdf

⁴https://ratinggroup.ua/en/research/ukraine/vosmoy_obschenacionalnyy_opros_ukraina_v_usloviyah_voyny_6_aprelya_2022.html

efeito rebote que essas mesmas instituições vêm sofrendo através das consequências diretas desse choque entre nações vizinhas. Através de uma análise cautelosa dos resultados, é possível constatar a presença da religião, como prática individual, e de instituições religiosas na política interna e externa de ambos os países envolvidos. Em suma, tanto na Rússia quanto na Ucrânia é razoável associar os ideais nacionalistas à religião adotada pelo governo vigente para alcançar os objetivos dos grupos de interesse, como elites políticas, oligarcas civis e as próprias Igrejas.

Se a guerra tem se estendido mais do que o previsto inicialmente, a rachadura no meio religioso tem ido pelo mesmo caminho e até mesmo a seção mais “russificada” da ortodoxia ucraniana demonstra acusar o golpe. Durante seus ritos tradicionais, sacerdotes ucranianos já evitam citar o nome daquele que seria sua liderança máxima. A título de ilustração, em Roma, a questão do conflito russo-ucraniano não sai do vocabulário do Papa Francisco e o tom vem sendo elevado consideravelmente a cada novo posicionamento. No contexto da guerra propriamente dito, inclusive templos históricos e locais sagrados para todos os envolvidos têm sido involuntariamente (ou não) atingidos. Fato é que o fim das hostilidades trarão consigo consequências robustas dentro do cristianismo local e somente a direção dos desdobramentos dará o ritmo do futuro a ser estudado.

REFERÊNCIAS

- BILENKY, S. (2012) *Romantic Nationalism in Eastern Europe: Russian, Polish and Ukrainian Political Imaginations*. Stanford: Stanford University Press.
- BLITT, R. (2011) *Russia's Orthodox Foreign Policy: The Growing Influence of the Russian Orthodox Church in Shaping Russia's Policies Abroad*. *University of Pennsylvania Journal of International Law*, vol. 33, pp. 363-460.
- ELLIS, J. (1986) *The Russian Orthodox Church: A Contemporary History*. Oxford: Keston College.
- FUKUYAMA, F. (2018) *Identity: The Demand for Dignity and the Politics of Resentment*, New York: Farrar, Straus and Giroux.
- GRIGAS, A. (2016) *Beyond Crimea: The New Russian Empire*. London: Yale University Press.
- HAYNES, J. (2013) *An Introduction to International Relations and Religion*. New York: Routledge.
- HERPEN, M. V. (2016) *Putin's Propaganda Machine: Soft Power and Russian Foreign Policy*. Rowman & Littlefield Publishers.
- JUERGENSMEYER, M. (2020) *God at War: A Meditation on Religion and Warfare*. New York: Oxford University Press.

- KENT, N. (2022) *A Concise History of the Russian Orthodox Church*. Washington: Academia Press.
- KNOX, Z. (2005) *Russian Society and the Orthodox Church: Religion in Russia after Communism*. New York: Routledge.
- KOLSTØ, P. & BLACKKISRUD, H. (Eds.). (2016) *The New Russian Nationalism: Imperialism, Ethnicity and Authoritarianism (2000–2015)*. Edinburgh University Press.
- KRAWCHUK, A. & BREMER, T. (Eds.). (2016) *Churches in the Ukrainian Crisis*. London: Palgrave Macmillan.
- KUZIO, T. (2022) *Russian Nationalism and the Russian-Ukrainian War*. New York: Routledge.
- MILLER, A. (2003) *The Ukrainian Question: The Russian Empire and Nationalism in the Nineteenth Century*. Budapest: Central European University Press.
- PLOKHY, S. (2017) *Lost Kingdom: A History of Russian Nationalism from Ivan the Great to Vladimir Putin*. London: Allen Lane Books.
- SHELLEY, B. (2018) *História do Cristianismo: uma obra completa e atual sobre a trajetória da igreja cristã desde as origens até o século XXI*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil.
- STOECKL, K. (2014) *The Russian Orthodox Church and Human Rights*. New York: Routledge.
- WOLFF, S. (2006) *Ethnic conflict: A Global Perspective*, Oxford: Oxford University Press.